



## **DIFICULDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROCESSOS COLEGIADOS NA ESCOLA MUNICIPAL “GERALDA PAZ”**

**Belo Horizonte**

**2011**

**JULIANA FARIA MACIEL**

**DIFICULDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROCESSOS  
COLEGIADOS NA ESCOLA MUNICIPAL “GERALDA PAZ”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Beatriz Lopes Falcão

**Belo Horizonte**

**2011**

JULIANA FARIA MACIEL

**DIFICULDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROCESSOS COLEGIADOS NA  
ESCOLA MUNICIPAL “GERALDA PAZ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

---

Prof<sup>a</sup> Beatriz Lopes Falcão (orientadora) – UFMG

---

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, 26 de janeiro de 2011.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, razão de estar aqui.

A minha família pelo carinho.

Ao meu filho Igor, maior expressão de amor e companheirismo.

A amiga Ângela pelo apoio na hora do sufoco.

Ao Wanderley pela paciência.

A orientadora Beatriz Falcão por aturar minha ansiedade.

Às colegas cursistas pelo incentivo e demonstração de superação

A todos que torceram por mim.

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a dificuldade de implementação de processos colegiados na Escola Municipal “Geralda Paz”, localizada na cidade de Santa Luzia/MG. Busca identificar especialmente o motivo pelo qual os pais ou responsáveis não se mobilizam para a participação conjunta com a escola. A análise foi realizada através dos registros da escola, no que tange a participação dos pais em reuniões ou eventos e na observação da realidade vivenciada no espaço escolar, embasada em especialistas/ pesquisadores nessa temática e na leitura dos Cadernos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares do Ministério da Educação. Identifica algumas “falhas” que podem afetar essa relação e estabelece algumas proposições para se reverter essa situação de “descompromisso” dos pais com os processos da instituição escolar, destacando a importância dessa parceria para que se construa uma gestão democrática de forma efetiva, fazendo cumprir a representatividade popular nos processos decisórios da escola. Finalmente sinaliza a necessidade de se “partilhar o poder” entre as várias formas de colegiado e a necessidade de monitoramento das parcerias, que ainda é nosso objetivo.

**Palavras-chave:** Participação; Gestão democrática; Comunidade; Processos Colegiados.

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	06
1.1	Justificativa.....	08
1.2	Objetivos.....	08
2.	DESENVOLVIMENTO.....	09
2.1	A importância dos processos colegiados na gestão democrática.....	09
2.2	Os processos colegiados na Escola Municipal “Geralda Paz”.....	10
2.3	Desenvolvendo propostas para efetivação dos processos colegiados na Escola Municipal “ Geralda Paz”.....	13
3.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
4.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	17
5.	ANEXO.....	19

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Geralda Paz

## DIFICULDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROCESSOS COLEGIADOS NA ESCOLA MUNICIPAL “GERALDA PAZ”

### 1 – INTRODUÇÃO

As escolas têm enfrentado alguns desafios na busca de uma gestão democrática. Um dos entraves para a concretização dessa gestão se refere à participação efetiva da comunidade nos processos de decisão e planejamento da escola. A ausência da comunidade nesses processos pode ter uma perspectiva histórica, visto que por muitos anos, não foi respeitado ou mesmo garantido esse direito.

Na Constituição Federal de 1988, em seu inciso VI, artigo 206 o tema é abordado, determinando a “[...] gestão democrática do ensino público na forma da lei”, tornando-a, segundo Cury (2007, p.01) “[...] um dos motivos mais freqüentes de debates, reflexões e iniciativas públicas, dando seqüência ao princípio constitucional e reposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96.” O que não significa dizer que após essa época, a participação tenha sido de fato efetivada.

Ghanem (1996, p.31) considerando a importância da participação da comunidade na gestão escolar afirma que “Foi durante o esgotamento do regimento autoritário que, retomadas as eleições diretas para governador dos estados, algumas iniciativas relativas à participação popular na gestão das escolas públicas começaram a surgir”. Reafirmando essa idéia, Barreto (2005, p.41) aponta que “Uma escola distante da realidade dos alunos e alheia às aspirações da população não pode fazer pleno sentido para os que a freqüentam”. Dessa forma, a escola “Geralda Paz” reconhece que é preciso chamar as pessoas a participarem dos processos escolares. Participação que segundo Souza (2009, p.135) “[...] pressupõe uma ação reguladora, fiscalizadora, avaliadora, além de decisória sobre os rumos da vida política e social das instituições (escolares) e da sociedade”. Deixando de lado a ideia de que somente a presença dos pais no âmbito escolar indica participação democrática. De acordo com (BRASIL, 2004c, p.27)

A efetivação de uma nova relação entre a educação, a escola e a democracia constitui um aprendizado político-pedagógico cotidiano que requer a implementação de novas formas de organização e participação interna e externa à escola.

Nesse sentido, atualmente tem-se buscado a participação nas escolas de forma mais ampla. Entretanto, para que seja de fato uma participação efetiva é preciso que haja condições propícias para tal, como indica Souza (2004, p.135)

É certo que a participação, per si, não garante a democracia, ela depende das formas participativas mais dialogadas e que garantam o registro polifônico de todos os sujeitos que agem na/sobre a escola cotidianamente, através dos diversos instrumentos e processos da gestão democrática.

Sendo assim, faz-se necessário a participação efetiva da comunidade escolar e local no dia-a-dia da escola, para que ocorra uma mobilização em prol de parcerias para a instituição. Conforme sinaliza (BRASIL, 2004, p.57) “O reforço desse laço revigora o sentimento de partilha, tornando o processo vivo e dinâmico e caracterizando pragmaticamente, o caráter democrático da interação estabelecida”.

O presente trabalho tem a finalidade de analisar criticamente a dificuldade de implementação de processos colegiados na Escola Municipal “Geralda Paz”. Situação vivenciada e que inquieta os profissionais da escola, levando-os a se indagarem frente à situação, pois o que estaria a escola deixando de fazer, ou fazendo de forma incorreta para que o objetivo de trazer os pais a participarem dos processos decisórios e do dia-a-dia da escola não sejam alcançados, deixando um clima de “desinteresse” entre pais e escola.

Esta unidade de ensino localiza-se na cidade de Santa Luzia/MG, onde atuo como gestora há dois anos.

O trabalho será embasado teoricamente na coleção Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares do Ministério da Educação (MEC), em textos de especialistas e pesquisadores que discutem sobre o tema e na observação da realidade vivenciada na escola junto também aos co-responsáveis pela educação: professores, pais, alunos e comunidade.

A pesquisa se dará em duas etapas, sendo que a primeira abordará as possíveis dificuldades de participação da comunidade na escola e a segunda etapa buscará desenvolver propostas de ações voltadas a reverter às dificuldades apontadas.



## 1.1 – Justificativa

Um dos compromissos da Escola Municipal “Geralda Paz” é trabalhar em busca da efetivação da gestão democrática. Sendo assim, esse trabalho faz-se necessário para que se analise a realidade vivenciada no âmbito escolar, que atualmente não conta com a participação dos pais nos processos decisórios e propor mecanismos para que sejam implementados processos colegiados na mesma. Nesse sentido (BRASIL, 2004c, p.33) aponta que

[...] a democratização da gestão escolar implica a superação dos processos centralizados de decisão e a gestão colegiada, na qual as decisões nasçam das discussões coletivas, envolvendo todos os segmentos da escola, e orientados pelo sentido político e pedagógico presente nessas práticas.

Assim, essa análise é o ponto de partida, pois permite identificar quais fatores podem estar influenciando na dificuldade de implementação de colegiados nessa escola e até mesmo apontar quais fatores precisam ser agregados para que de fato essa participação possa acontecer.

De posse dessa análise e das possíveis constatações, propor ações para que a participação da comunidade nos processos colegiados seja efetivamente inserida na cultura da escola.

## 1.2 – Objetivos

- Identificar e analisar as possíveis barreiras à participação da comunidade junto aos processos decisórios da escola;
- Propor mecanismos de mudanças para que se desenvolva uma nova postura através da criação de colegiados na perspectiva da gestão democrática.

## **2 – DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 – A Importância dos processos colegiados na gestão democrática**

Entende-se por gestão democrática, segundo (BRASIL, 2004c, p.20) “[...] a garantia de mecanismos e condições para que espaços de participação, partilhamento e descentralização do poder ocorram”. Nesse sentido, a efetivação dessa democracia não se dá de repente. Da mesma forma aponta (BRASIL, 2004c, p.49) que “[...] é processual e, portanto, de permanente vivência e aprendizado”. Dessa forma, é preciso propiciar esses espaços e sustentá-los, tornando possível o real exercício da democracia.

A comunidade escolar pode e deve fazer parte das decisões da escola, através do colegiado, conselho escolar, grêmio estudantil, associação de pais, conselhos de classe dentre outros, fazendo com que se cumpram os princípios para assegurar a gestão democrática nas escolas, já contemplados na Constituição Federal (1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional de Educação.

Nesse processo de construção de uma gestão democrática, o colegiado é um grande parceiro da administração da escola. Em (BRASIL, 2004, p.22) indica-se que “O colegiado tem o sentido do exercício do poder por um coletivo, por meio de deliberação plural, em reunião de pessoas com o mesmo grau de poder”, ou seja, sozinho ninguém pode decidir nada, somente quando estão reunidos.

Dessa maneira, todos os segmentos representados pelo colegiado precisam trabalhar pela sua organização, na qual a meta seja “o bem comum” de toda a comunidade escolar. Para isso, é preciso que haja diálogo e respeito às diferenças, propiciando que todos se manifestem para a decisão conjunta.

Para que o Colegiado possa exercer sua função participativa nos processos decisórios e do dia-a-dia escolar, é necessário que seus integrantes se sintam pertencentes à escola. Afirma (BRASIL, 2004, p.37) que

As pessoas somente se comprometem com aquilo em que acreditam, com aquilo que lhes diz respeito, que faz sentido para suas vidas. Se é assim, então passam a querer exercer seu poder, participar nas decisões, porque adquiriram a consciência de que estas afetam suas vidas. Só há efetiva

participação e compromisso quando se estabelece a cultura do querer fazer – no lugar do dever fazer – para exercer o poder sobre o que nos pertence, e que diz respeito às nossas vidas, ao nosso futuro, que está vinculado ao futuro coletivo social.

Todos somos responsáveis pela construção desse espaço de democracia, que é público. Nessa perspectiva, é fundamental que ele se fortifique, pois a gestão democrática só se efetivará e atenderá aos anseios da comunidade quando esta se fizer presente na escola. Para que isso ocorra é indispensável reformular a sua estrutura organizacional, adequando-a de modo a propiciar uma nova cultura, na qual toda prática educativa vise a excelência na educação.

## **2.2 – Os processos colegiados na Escola Municipal “Geralda Paz”**

A falta de participação dos pais nos processos de decisão da instituição escolar muito tem preocupado professores e gestores da Escola Municipal “Geralda Paz”. Participação que segundo Cunha (1994, p.584) significa “fazer parte de”, “tomar parte em”, “fazer saber, informar, anunciar”. Para os gestores da escola, a oportunidade que se oferece à comunidade escolar de participar dos processos decisórios, fortalece e faz com que se cumpra o direito de cidadãos, manifestando o compromisso social com a educação

No Projeto Político Pedagógico da Escola “Geralda Paz” – PPP (2010, p.24) o colegiado é considerado “[...] um grande parceiro da administração”, todavia nem sempre é efetiva e eficaz essa parceria. A escola entende que podem ser diversos fatores que atualmente comprometem essa participação ativa, porém não se sente acomodada frente a essa situação.

Em vários momentos, nas relações diárias, a escola pode constatar que existe uma barreira entre ela e as comunidades escolar e local, dificultando estabelecer parcerias em prol de melhores resultados, tanto para a escola, enquanto estabelecimento de ensino, quanto para a escola formadora de pessoas conscientes e críticas. Ferreira (2005, p.65) afirma que “[...] a participação em todas as suas diversas formas é um fator fundamental na formação para a cidadania.”

Por outro lado, percebe-se que as famílias delegam seus filhos à escola e não se sentem comprometidos com as relações que nela se estabelecem. Muitos pais só comparecem à escola para tratar de assuntos disciplinares de seus filhos quando esses estão em situação de desvantagem, ou para buscar e questionar o resultado final.

Algumas formas colegiadas de participação já existiam na escola antes da gestão atual, mas nunca houve um número significativo de participantes, considerando o número de alunos matriculados na escola.

De 2009 até os dias atuais já foram realizadas a eleição do Conselho Fiscal, a eleição do Colegiado e os Conselhos de Classe, na qual se buscou eleger uma representatividade de todos os segmentos para que as tomadas de decisão acontecessem de forma democrática.

Com base nos registros de comparecimento dos pais nesses processos colegiados, verifica-se um número de participantes muito aquém do desejável. Para a eleição do Conselho Fiscal 63 pessoas se fizeram presentes, mas apenas 12 eram pais de alunos. Já para o Colegiado houve a participação de 71 pessoas e dentre essas, somente 9 eram do segmento de pais. Quanto ao Conselho de Classe, a participação dos pais é superficial, não assumindo papel deliberativo, ou sequer no sentido de pertencimento, tendo apenas a composição numérica.

O número de participantes não atingiu o almejado, mesmo a escola tendo tomado algumas medidas, tais como: envio de comunicado aos pais, conversa com os alunos sobre a importância dos pais comparecerem as reuniões e ainda termos afixado cartazes nos comércios locais e na própria escola.

É costume da instituição escolar enviar previamente aos pais a intenção dos encontros, ou seja, a pauta. Porém muitos responsáveis não comparecem por não se interessarem pelos temas abordados, ou seja, se não forem tratados assuntos que se referem diretamente aos filhos, não se sentem atraídos para a discussão. Da mesma forma, muitos pais sentem-se constrangidos de participarem, por temerem que sejam levantadas questões “desagradáveis” relacionadas diretamente com o filho.

Sendo assim, alguns questionamentos são levantados pelos professores e gestores da escola, em reunião administrativo-pedagógica: Será que a falta de participação se deve ao fato de enviarmos com antecedência o tema a ser abordado no encontro? Se não comunicássemos o tema, as pessoas se fariam presentes, talvez por curiosidade? Por que os pais não se mobilizam para essa participação?

Muitos dos pais que comparecem a nossas reuniões, não demonstram interesse em participar, alegando que trabalham muito e não tem tempo disponível para envolver com assuntos da escola. Segundo (BRASIL, 2007a, p.43) “[...]a escolha dos membros dos Conselhos Escolares deve-se pautar pela possibilidade de efetiva participação: o importante é a representatividade, a disponibilidade e o compromisso”.

Nesse sentido, é preciso que a escola crie uma cultura de participação dos pais, incorporando a noção de pertencimento e tornando-se co-responsáveis nos processos de decisão, pois muitos eleitos para representarem a comunidade escolar, não comparecem ao serem convocados a tomar frente com a escola na decisão de alguma questão, outros não manifestam nenhuma opinião, mesmo estando presentes.

Percebe-se também que alguns funcionários sentem-se desconfortáveis com a presença da comunidade no espaço escolar, principalmente, se envolvidos no Conselho de Classe. Há um incômodo das partes, porém, como apontado no PPP (2010, p. 24) o desejo é de mudança, uma vez que “Queremos uma escola mais justa, onde os processos decisórios tornem-se transparentes e de conhecimento de toda a comunidade escolar”. O importante é saber que os anseios e objetivos da escola e comunidade, embora em realidades dicotômicas, se convergem.

Sendo assim, a escola precisa de fato ir em busca dessas mudanças, para que se efetive a gestão democrática. Precisamos também, eleger nossos gestores, pois não temos “ainda” o processo de escolha através de eleição. Nosso PPP (2010, p. 27) aponta que “Enquanto esta conquista não se concretiza, queremos legitimar nosso gestor como um líder de fato, um mediador e articulador nas decisões e não como um líder formalmente constituído pelo poder municipal”. E mais uma vez preocupa a instituição escolar a falta de interesse e envolvimento da comunidade escolar nos processos decisórios, pois entendemos que brevemente esse passo de democracia

será realidade em nosso município, confirmando o que consta no documento da Conferência Nacional de educação – CONAE (2010 p.43-44)

[...] instituir mecanismos democráticos – inclusive eleição direta de diretores/as e reitores, por exemplo-, para todas as instituições educativas (públicas e privadas) e para os sistemas de ensino; e, ainda, implantar formas colegiadas de gestão da escola, mediante lei específica. Lei própria deve garantir eleição direta para diretores/as (gestores/as) das escolas federais, estaduais, distritais e municipais da educação básica [...].

Nesse contexto, é preciso que a escola busque mecanismos de conscientização da comunidade escolar e local para que elas possam juntamente com a escola enfrentar o desafio de formar uma gestão democrática, pautada na parceria e participação ativa de todos os segmentos comprometidos com a instituição escolar, e assim efetivar os processos colegiados.

### **2.3 – Desenvolvendo propostas para efetivação dos processos colegiados na Escola Municipal “Geralda Paz”**

Entendemos que medidas precisam ser tomadas, e tomadas coletivamente. O diretor escolar tem grande importância nesse projeto, pois ele é quem irá conduzir essa equipe.

Dessa forma, gestores e demais funcionários da escola precisam levantar possíveis proposições para se reverter esse quadro, tornando-se efetiva a participação das famílias nos processos de decisão da escola.

Primeiramente é preciso entender que a escola sozinha não caminha. É indispensável ir à busca de parceiros e para isso, é necessário que todos os funcionários da instituição escolar se empenhem na ação de resgatar a participação da comunidade escolar e local.

A comunicação entre todos os segmentos da escola é de fundamental importância, principalmente destes com o segmento de pais, pois o ideal é que sejam divulgadas e propagadas todas as idéias e sugestões. Todos precisam falar e serem ouvidos, afinal uma gestão democrática visa esse fluxo comunicacional.

As pessoas precisam ser motivadas. É preciso mostrá-las o quanto são importantes para o sucesso das ações, para o sucesso da escola.

As comunidades, local e escolar, precisam sentir-se co-responsáveis pelos projetos e ações desenvolvidos na instituição, sensibilizadas a buscar o melhor para nossos alunos. Barreto (2005, p. 42) aponta que “Não é que se espera que a comunidade ofereça soluções pedagógicas, mas há um nível de decisão mais amplo em que certamente a sua contribuição é de todo imprescindível”.

Com base nesse pressuposto, a escola buscará como meta a interação entre pais e demais segmentos da escola, incentivando-os a participarem das festividades no âmbito escolar, pois são os eventos que eles demonstram maior simpatia. A partir daí, trazê-los a participarem também das tomadas de decisões, efetivando a participação institucionalizada, através da ação colegiada formal e atuante.

Ao apontarmos que a grande maioria dos pais comparece à escola apenas para tratar de assuntos referentes à indisciplina dos filhos, temos a consciência de que embora não a pretendida, essa é uma forma de participação, pois permite o diálogo e possibilita uma certa aproximação com a escola.

A escola precisa também, ser uma equipe, composta por gestores, professores, pais, alunos e demais funcionários. Equipe no sentido de unir-se para alcançar objetos comuns. Objetivos e anseios, que foram definidos em nosso Projeto político-pedagógico e que se faz necessário colocá-los em prática ou até mesmo propor alterações, para sua efetiva implementação. Camargo (apud GHANEM, 2004, p.170) afirma

[...]Não há dúvida de que o trabalho coletivo, em âmbito escolar, é fruto de uma complexa rede de interações entre especialistas, pais, professores, alunos, funcionários e outros elementos da comunidade escolar. [...] Com o trabalho coletivo pode-se correr menos o risco de a escola estar apartada da realidade e da sociedade em que está inserida.

A comunidade escolar quando se engaja na rotina da escola e passa a ter conhecimento dos processos que nela são desenvolvidos, começam a entender e a nos auxiliar nos procedimentos diários, compactuando com os funcionários da escola o respeito e a responsabilidade. Por isso, é importante divulgar para toda comunidade escolar seus direitos e paralelamente seus deveres. Acreditamos que

dessa forma os pais podem passar a exercer com firmeza a cidadania. Além de exigir da escola algumas posturas, terão também de cumprir com suas obrigações enquanto pais de alunos, participantes da comunidade escolar.

Pensando na grande maioria de pais que nos procuram para dar satisfação sobre sua ausência nos encontros proporcionados pela escola, serão organizados atendimentos em horários que possam permitir a presença de todos os interessados, sejam aos sábados ou até mesmo à noite. Atendê-los em dias agendados é uma proposta.

Pretendemos criar outras formas de colegiados, pois ainda não temos a Associação de Pais e Mestres, que poderá ajudar a escola a direcionar esse projeto democrático, abrindo espaços de discussão.

Para que haja diálogo entre os diferentes profissionais da escola será proposto um encontro quinzenal. Dessa forma as relações de parcerias serão estabelecidas e fortalecidas. Pais e/ou responsáveis pelos alunos poderão participar, pois gestores e demais funcionários da escola compactuam com Dalben (1999, p.113) ao sinalizar que hoje “Busca-se um novo espaço escolar, com novas relações entre os gestores, professores, alunos e comunidade em geral. Busca-se um processo de formação, construído com base na interação e no diálogo entre os sujeitos e o conhecimento escolar.”

Ao conhecer as dificuldades, torna-se possível fazer propostas que visem à criação de condições favoráveis à gestão democrática.



### **3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho permitiu verificar que a gestão democrática garantida em vários documentos (LDB, Constituição Federal de 1988, Plano Nacional de Educação), ainda é um grande desafio, que sinaliza a necessidade de um trabalho sistemático, no sentido de mobilização de todos os envolvidos no processo escolar, buscando a participação e a construção coletiva. Muitas vezes as falhas já são evidentes dentro da escola “Geralda Paz”, pois se verifica que não existe uma parceria entre as próprias formas de colegiados instituídos pela escola, não efetivando o “partilhamento do poder”.

A mudança da estrutura organizacional, necessidade básica para obtenção da parceria entre pais e escola, mostrou ser um direcionamento para que a escola caminhe no sentido de efetivar a participação; participação essa, que resultaria em mudança de atitude, necessária a uma nova postura ante a questão escolar.

Pode-se constatar que os processos educacionais tendem a melhorar quando há envolvimento e responsabilização das comunidades escolar e local na instituição, pois parcerias são formadas favorecendo a discussão sobre os processos pedagógicos e a rotina escolar.

A gestão democrática ainda busca se fortalecer, o processo ainda é discutido perante os muitos problemas e situações que desenrolam nesse espaço escolar. No entanto, percebeu-se que ainda há uma ineficiência por parte dos pais e da própria comunidade local quanto à organização dos grupos, que ainda são imaturos para deliberarem sobre as questões da escola, ou seja, não conseguem pensar no todo enquanto representantes de pais e dos interesses da comunidade.

Mesmo tendo evidenciado possíveis problemas que dificultam a participação democrática na escola e até mesmo propor alternativas para se reverter a situação, ainda não se solucionou essas questões que comprometem essa parceria, para tanto, são ainda questões que objetivamos trabalhar.

Sabemos que as ações em prol dessas parcerias precisam ser monitoradas constantemente. Somente o cuidar de cada dia fortalecerá a relação família e escola.

#### 4 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. A participação na escola: contribuições para a melhoria da qualidade da Educação. In: AGUIAR, M. A.(org.). **Debate: retratos da escola**. MEC. 2005.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n. 9.394/96. Disponível em : <http://www.mec.gov.br/legis/default.shtm>. Acesso em 15-12-2010.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: 2001. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 15-12--2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**: conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública. Brasília: MEC, SEB, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino. Coordenação-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino. Caderno 1 - **Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania**. Brasília, 2004a.

\_\_\_\_\_. Caderno 4 – **Conselho Escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico**. Brasília, 2004b.

\_\_\_\_\_. Caderno 5 – **Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**. Brasília, 2004c.

CAMARGO, Rubens Barbosa. **Gestão democrática e nova qualidade de ensino: o conselho de escola e o projeto de interdisciplinaridade nas escolas municipais da cidade de São Paulo (1989-1992)**. Tese (Doutorado)-Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE Educação (CONAE), 2010, Brasília, DF. Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; **Documento Final**. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 06-07-2010.

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico nova fronteira da Língua Portuguesa**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

CURY, Carlos Roberto J. O princípio da gestão democrática na educação, 2007. Disponível em: <http://areteeducar.blogspot.com/2007/09/o-principio-da-gesto-democrtica-na.html>. Acesso em 17-11-2010.

DALBEN, Ângela I. L. de Freitas. O conselho de classe na escola do ano 2000. In: ROCHA, M.C.D.(Org.). **Tempo escolar: hora de refletir, planejar e construir a escola Sagarana**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1999, p.106-117.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão educacional e organização do trabalho pedagógico**. Curitiba: IESD, 2005.

GHANEM, Elie. Educação e participação no Brasil: um retrato aproximativo de trabalhos entre 1995 e 2003. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.30, n.1, jan./abr.2004, p.161-188.

\_\_\_\_\_. Participação popular na gestão escolar: três casos de políticas de democratização. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: Ação Educativa.1996,p.31-63.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal "Geralda Paz". Santa Luzia, 2010.36p.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação e Revista**. Belo Horizonte, v. 25, n.03, Dezembro 2009, p.123-140.

**5 – ANEXO**



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**  
**PV – PROJETO VIVENCIAL**

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO – ESCOLA MUNICIPAL “GERALDA PAZ”**

**ELAINE NEGROMONTE RODRIGUES NOGUEIRA**

**JULIANA FARIA MACIEL**

**ROSILENE APARECIDA RIBEIRO SALES**

**TURMA 07 – PÓLO: B.H**

**Santa Luzia**

**2010**



**ELAINE NEGROMONTERODRIGUES NOGUEIRA**

**JULIANA FARIA MACIEL**

**ROSILENE APARECIDA RIBEIRO SALES**

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO – ESCOLA MUNICIPAL “GERALDA PAZ”**

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL GERALDA PAZ APRESENTADO AOS COORDENADORES DA SALA AMBIENTE PROJETO VIVENCIAL DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS COMO ATIVIDADE OBRIGATÓRIA, SOB ORIENTAÇÃO DA PROFESSORA ASSISTENTE ELIANDRA DA COSTA MENDES.**

**SANTA LUZIA**

**2010**

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	4
2. FINALIDADES EDUCATIVAS .....	6
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	9
3.1 ASPECTO FÍSICO .....	9
3.2 ASPECTO ADMINISTRATIVO.....	11
3.3 ASPECTO PEDAGÓGICO.....	12
4. CURRÍCULO .....	15
5. TEMPO ESCOLAR .....	20
6. PROCESSOS DE DECISÃO.....	23
7. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	27
8. AVALIAÇÃO .....	30
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	33

## 1. INTRODUÇÃO

A Escola Municipal “Geralda Paz”, vem através deste documento registrar todas as decisões tomadas a partir de estudos e discussões realizadas com a participação da comunidade escolar. Procuramos construir nosso Projeto Político-Pedagógico em bases democrático-participativas.

De acordo com Teixeira (2001), transformar a escola num lugar de exercício da cidadania democrática, onde seja construída uma comunidade escolar, cria oportunidades para que todos nós aprendamos a participar e a conviver democraticamente. A tomada de decisões sobre os aspectos da vida escolar ensinamos a debater, a deliberar coletivamente, a respeitar as opiniões diferentes das nossas, e pode ser um aprendizado que nos sirva também fora do ambiente escolar, para a participação social em sentido bem amplo.

Sabemos que não é tarefa tão simples, mas é necessário discutir, elaborar ações e responsabilizar todos envolvidos para a realização do PPP. Oliveira et. al (2010) já afirmava que a construção da gestão democrática implica em luta pela garantia da autonomia da unidade escolar, participação efetiva nos processos de tomada de decisão, incluindo a implementação de processos colegiados nas escolas, e, ainda financiamento pelo poder público, dentre outros.

A educação brasileira passa por mudanças no âmbito educacional, na qual se busca atingir autonomia administrativa, pedagógica e financeira. Sendo assim, o projeto político-pedagógico aqui apresentado representa o autoconhecimento da realidade da escola estudada e seu contexto, visando melhorias para a mesma.

Segundo Azevedo (2010), saímos de uma tradição histórica de centralização das decisões, para nos defrontarmos hoje com uma outra realidade, manifesta na valorização do local como espaço de decisão. Faz-se, portanto, necessário identificar o espaço escolar, sua vivência, conflitos e ações, para que se busque uma reorganização que propicie a construção concreta de educação democrática.

O projeto político-pedagógico da Escola Municipal “Geralda Paz”, como o próprio nome indica, é político, pois permite negociações entre os vários segmentos:



direção, professores, pais e alunos, em prol de uma formação cidadã. E é pedagógico, pois busca definir ações educativas para que se efetive uma educação de qualidade. Dourado (2010) afirma que a dimensão social e a dimensão política constituem dimensões inseparáveis das ações educativas.

A escola faz parte do sistema municipal de educação da cidade de Santa Luzia, localizada no bairro Belo Vale. É uma escola de Educação Básica, que atende 998 alunos do 1º ao 5º/9 do Ensino Fundamental, sendo divididos em 1º ciclo (1º ao 3º) e 2º ciclo (4º e 5º), assim distribuídos:

<b>ANO</b>	<b>Nº DE TURMAS</b>	<b>TURNO</b>	<b>Nº DE ESTUDANTES</b>
1º	3	TARDE	90
2º	6	TARDE	180
3º	6	TARDE	210
4º	7	MANHÃ	238
5º	8	MANHÃ	280
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>		<b>998</b>

A carga horária dos turnos é de 4:20, sendo 20 minutos destinados ao intervalo/recreio.

A escola conta com um total de 53 funcionários, sendo 1 diretora, 2 vice-diretoras, 4 supervisoras pedagógicas, 2 auxiliares de secretaria, 10 auxiliares de serviços educacionais, 1 porteiro, 2 vigias, 2 bibliotecárias (professoras em desvio de função) e 32 professoras do 1º e 2º ciclos, sendo 28 efetivas e 4 contratadas. Dessas, 30 possuem curso superior (PEBII) e 2 são PEBI. Há uma eventual em cada turno.

O 1º ciclo funciona com uma professora polivalente para cada ano, e no 2º ciclo há organização por área do conhecimento.

O serviço de supervisão pedagógica é realizado por pedagogas, com carga horária de 40/horas semanais.

A direção escolar é composta por uma diretora e duas vice-diretoras, que exercem funções múltiplas: administrativas, pedagógicas e financeiras, além das disciplinares. Nesse sentido, Chiavenato (apud Oliveira et al ,2000, p.07) afirma que “administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos”. Com base nesse pressuposto, a direção escolar trabalha em função de uma gestão apoiada no compromisso das pessoas que integram o processo educativo.

Pretendemos apontar neste documento nossas finalidades da educação, nossa estrutura organizacional, nosso currículo e tempo escolar, bem como nossos processos de decisão e avaliação. Discutiremos assim, qual é a nossa concepção de escola desejada por toda comunidade escolar, refletindo sobre qual é a visão de Mundo, de Homem, de Sociedade e de Educação (Currículo/ensino/aprendizagem).

## **2. FINALIDADES EDUCATIVAS**

Os professores precisam ter clareza das finalidades educativas da escola em que trabalham. Para tanto, é preciso refletir sobre a ação educativa que a escola desenvolve, e como esta se refere ou está vinculada aos efeitos intencionalmente pretendidos e desejados.

As finalidades educativas são o ponto de partida de todo o processo educacional. Elas representam os princípios que a escola adota e repassa os seus valores. São, portanto, um conjunto de intenções de um grupo de pessoas, que irão participar do processo de aprendizagem de outras pessoas, dando-lhes um direcionamento para alcançar determinados objetivos.

Ao explicitar seu Projeto Político-Pedagógico, a escola precisa pensar sobre o que pretende alcançar, do ponto de vista político e pedagógico. Há uma meta a ser cumprida pela escola, pensando em atingir a produção e a socialização do conhecimento, em diversas áreas do saber, para então, compreender e vivenciar a realidade em que vivem, tornando-se capazes de inferir no processo de construção de uma educação de qualidade. Educação de qualidade que para Dourado (2010) é resultado de uma construção de sujeitos engajados pedagógica, técnica e politicamente no processo educativo.

A Escola Municipal “Geralda Paz” tem como base a busca constante pela qualidade que envolva a dimensão humana. Não queremos uma escola que reproduza conhecimentos, mas queremos uma escola que ensine a pensar e possibilite que o educando possa atuar em sua vida cotidiana.

Sendo a qualidade de vida o nosso objetivo, nossa finalidade deve priorizar tanto a dimensão individual quanto a dimensão social. SANTOS, Maria (2004, p. 7) define que “a finalidade da escola fundamenta-se na concepção do homem histórico, autônomo e livre, vivendo uma relação solidária entre seus pares em espaço e tempo determinados”. Portanto, queremos possibilitar uma construção conjunta de novos cidadãos, capacitados, críticos, conscientes e responsáveis, despertando em cada educando o prazer e a busca do conhecimento.

Para alcançarmos a qualidade que pretendemos é necessário pensar uma nova concepção de educação/currículo/ensino/aprendizagem. Temos ainda um currículo embasado em uma longa caminhada histórica que se sedimentou. Um currículo que valoriza uma determinada classe em função de outra. Vemos então, que o currículo está diretamente ligado à sociedade. Giusta (2001, p. 22) afirma isto quando aponta que:

Em todas as sociedades, especialmente naquelas em que as desigualdades são muito acentuadas, a distribuição do poder e os mecanismos de controle social estão refletidos no currículo por meio da elaboração, seleção, distribuição, transmissão e avaliação do que é considerado saber escolar legítimo. A depender da origem social dos destinatários, das modalidades de educação oferecidas e dos fins que a tem em vista, o currículo cumpre, de forma diferenciada, sua função nessa distribuição de poder.

Para que essa concepção passe a ser efetivada é preciso construir políticas públicas educacionais comprometidas com esse fim. Somente a partir daí formaremos uma cidadania feliz.

Devido ao mundo globalizado, novas demandas surgiram voltadas para a educação. Demandas que contemplam a participação coletiva de todos os segmentos educacionais. Levando-se em consideração esse mundo, Giusta (2001, p. 25) aponta os quatro pilares para a educação no século XXI :

- Aprender a conhecer – enfatiza a importância do domínio dos próprios instrumentos de conhecimento para compreender o mundo, já que isso é necessário para viver dignamente.

- Aprender a fazer: parte da pergunta - enfatiza-se a mobilização e desenvolvimento de capacidade como a de adaptar-se a um novo contexto de trabalho mais participativo, de natureza mais intelectual e que exige uma sólida base tecnológica.
- Aprender a conviver - recomenda-se uma educação mais aberta ao diálogo e ao desenvolvimento do espírito crítico, ao processo de formação de um homem disposto a viver e trabalhar numa sociedade solidária.
- Aprender a ser – recomenda que a educação deva contribuir para o desenvolvimento total da pessoa .

Esses pilares para a educação buscam ampliar a realização tanto humana como social do educando. Embasados nesses pilares, a Escola Municipal “Geralda Paz” busca promover nos educadores e educando

- O desenvolvimento de um aprendizado significativo que atenda às demandas sociais para a formação de cidadãos críticos e participativos;
- O desenvolvimento da capacidade de utilizar os conhecimentos científicos de forma crítica para atuar com competência no mundo em que vive.
- A conscientização da cidadania com direitos e deveres para o desenvolvimento de atitudes para com o outro e com o meio ambiente;
- A capacidade de utilizar, crítica e criativamente, as diversas formas de linguagem do mundo contemporâneo;
- O desenvolvimento de uma atitude de valorização, cuidado e responsabilidade individual e coletiva em relação à saúde e à sexualidade;
- O desenvolvimento da capacidade de trabalhar com autonomia e transparência, priorizando o diálogo, e a colaboração entre todos os segmentos da escola.

Essas finalidades alicerçam o conceito de autonomia da escola, pois para que elas sejam efetivadas , é necessário que todos os segmentos caminhem juntos em prol de sua realização.

### **3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

O espaço escolar é um lugar onde muitas coisas acontecem conforme a organização cultural da escola, sua forma de programar, entender e estruturar esse espaço. Nesse sentido MORGAN (1996, p.135-136) afirma

A cultura, não importa qual seja, delinea o caráter da organização, mais que isso, as organizações podem ser consideradas, na sua essência, como realidade socialmente construídas que se constituem mais na cabeça e nas mentes de seus membros, do que em conjuntos de regras e regulamentos.

Essa organização representa as idéias e desejos das pessoas que delas fazem parte. Nesse sentido, a Escola Municipal Geralda Paz busca organizar esses espaços de interação entre várias culturas, compartilhando valores entre os atores que desse espaço fazem parte.

#### **3.1 Aspecto físico**

A Escola Municipal “Geralda Paz” possui um espaço físico que não corresponde adequadamente a sua função, devido à inexistência de algumas instalações e a precariedade de outras. Segundo Cury (2010) “o solo do ato pedagógico, enquanto espaço de relação ensino/aprendizagem, é o ambiente institucional da unidade escolar”. Consideramos nesse sentido, espaço de relação/aprendizagem todos os espaços da escola, seja o pátio, a cantina ou até mesmo debaixo daquela árvore no canto da escola.

A nossa escola possui 15 salas de aula, com uma metragem de 40m, porém a sua estrutura organizacional com relação às carteiras, posição do quadro e das janelas não favorece uma boa visibilidade aos alunos. Em média comporta de trinta a trinta e três alunos confortavelmente. Cury (2010) define a sala de aula, como lugar privilegiado do ensino presencial, mais do que quatro paredes, vai se tornando também espaço do ensino virtual pelo qual o mundo vem se transformando em uma grande sala de aula.

Faz parte também da estrutura física da escola uma sala da direção, que embora pequena, é nela que os gestores se reúnem para dialogar com a comunidade educacional. Ocupam esse espaço além da diretora, as duas vice-diretoras.

A sala da supervisão pedagógica possui tamanho adequado às atividades que ali são realizadas. Comporta quatro mesas destinadas a cada supervisora, além de ser munida de computadores, impressoras e uma mesa ampla para debates e discussão.

A escola possui banheiros que precisam ser ampliados para atender satisfatoriamente o número de alunos. Tanto no banheiro feminino quanto no masculino existem apenas quatro instalações sanitárias, necessitando de uma adequação do espaço, garantindo a acessibilidade dos alunos de inclusão, já que temos que trabalhar pensando nos alunos que poderemos receber.

O refeitório tem um bom espaço, com quatro mesas e bancos, favorecendo um ambiente agradável para a realização das refeições. A cozinha é grande, porém os funcionários da escola não têm acesso a essa devido à terceirização da merenda escolar.

Cury (2010) aponta que o PPP ganha pelo envolvimento da subjetividade dos profissionais ao processo consciente de propiciar o melhor para todos. Com base nesse pressuposto, buscamos alcançar melhorias para o espaço físico da escola, pois acreditamos que tendo um ambiente acolhedor, a aprendizagem fluirá melhor.

Devido a esse pensamento reconhecemos que a biblioteca da escola precisa passar por reformas urgentes. O ambiente é pequeno e inadequado, não favorecendo a um ambiente acolhedor que proporcione aos leitores um prazer pela leitura. O local onde fica a biblioteca é uma adaptação de uma sala de aula, não dispendo, portanto de uma estrutura preparada para receber o acervo de livros que esta possui.

A secretaria possui dois ambientes, um para documentação e outro de acesso a comunidade e alunos. Dois auxiliares de secretaria fazem o serviço burocrático da escola e atendem às pessoas.

Outro espaço físico que requer uma atenção maior é a quadra de esportes que precisa ser construída, até mesmo para atender aos programas do governo federal, que contemplam escolas com horário integral. A nossa escola é carente desses espaços de socialização/recreação. Com a construção desse espaço será possível a troca de vivências culturais entre alunos e permitirá um tempo agradável/proveitoso para os recreios também, pois sabemos que propiciar ambientes favoráveis à

aprendizagem é função do gestor, pois nesse sentido, Cury (2010) afirma que não basta o acesso à escola, é preciso entrar e permanecer.

Faz-se necessário, portanto garantir essa permanência pelo prazer do aluno de estar inserido em uma escola que tenha uma estrutura física planejada para atendê-lo, mas atendê-lo bem.

### **3.2 Aspecto administrativo**

De acordo com CÂNDIDO (1977, p.107-128):

A estrutura administrativa da escola é parte de uma estrutura mais ampla. É a sua ordenação racional e deliberada pelo poder público. Mas a escola também compreende, além das relações oficialmente previstas aquelas que nascem das relações sociais no seu interior.

A estrutura escolar da Escola Municipal “Geralda Paz” referente ao aspecto administrativo busca favorecer ao educando a concretização do direito a educação. Conforme Cury (2010) o papel do gestor é o de assumir e liderar a efetivação desse direito no âmbito de suas atribuições.

O quadro administrativo da escola é composto por uma diretora escolar e por duas vice-diretoras, que são indicadas pelo poder público, portanto, são cargos comissionados. A direção tem a incumbência de administrar o espaço escolar, as relações pessoais e ainda a parte financeira.

A escola trabalha em função de uma gestão democrática, pois acredita no princípio que faz com que todos se sintam responsáveis e co-autores do processo de trabalho, buscando melhorias para o ambiente escolar. Nesse sentido, Cury (2010) aponta a forma dialogal, participativa com que a comunidade educacional se capacita para levar a termo, um projeto pedagógico de qualidade e da qual nasçam “cidadãos ativos” participantes da sociedade como profissionais compromissados.

O quadro administrativo também é composto por quatro supervisoras pedagógicas com carga horária de 40 horas semanais. A divisão do trabalho entre as pedagogas é realizada pela escola e encaminhada a Coordenadoria da Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia, que tem o poder para indeferir ou não. O trabalho das

pedagogas tem como prioridade a aprendizagem do aluno, focando na qualidade do ensino.

Um grupo de grande valia para a escola é o grupo de auxiliares de serviços educacionais. Esse grupo é composto por 10 funcionários, com carga horária de 40 horas semanais, todos efetivos no cargo. Além da limpeza e organização da escola, os auxiliares educacionais ajudam a olhar os alunos durante o recreio, mantendo um contato mais próximo com esses. Não é mais função desse grupo a preparação da merenda, pois essa passou a ser terceirizada por uma empresa.

Compõe o quadro um porteiro, que tem a função de fazer uma triagem com todos os visitantes da escola e encaminhá-los ao destino desejado, e dois vigias noturnos, que mantêm a vigilância da escola em dias alternados. Duas auxiliares de secretaria completam o quadro executando trabalhos burocráticos de escrita de documentação.

Existe ainda o Conselho Fiscal que acompanha os recursos financeiros e suas aplicabilidades, que é composto pelo diretor (presidente do Caixa Escolar), por um vice-diretor (tesoureiro), por um professor que é suplente do tesoureiro, por duas secretárias da escola, dois professores e dois representantes de pais de alunos. A escola reconhece a importância de a comunidade caminhar com ela, por isso a representatividade em vários setores. Buscamos conforme Cury (2010) uma gestão democrática que é a gestão de uma administração concreta.

### **3.3 Aspecto pedagógico**

No início do ano letivo, reúnem-se todos os docentes, a coordenação pedagógica juntamente com a direção para selecionar as capacidades que serão trabalhadas no durante o corrente ano. Estas capacidades são retiradas das Diretrizes Curriculares de 1º ao 5º ano de nosso município.

Antes da seleção das capacidades é feito um diagnóstico inicial em todas as turmas e a análise dos resultados, para posteriormente cada professor apontar quais serão as capacidades que serão trabalhadas no 1º trimestre. Durante o trimestre são utilizados vários instrumentos de avaliação: debates, pesquisas, provas escritas, observações etc. E ao final do trimestre é feita a análise das capacidades



consolidadas e são selecionadas novas capacidades para o próximo trimestre e/ou repete as capacidades não-consolidadas e são apontadas novas estratégias.

As capacidades apontadas no planejamento trimestral são desmembradas diariamente no roteiro de aula dos professores. Este roteiro é padronizado na rede municipal e deve conter: disciplina, eixo, capacidades, estratégias e observações que se fizerem necessárias. É analisado o caderno de roteiro mensalmente pela coordenação pedagógica. Após análise, a coordenadora pedagógica se reúne com o professor para as orientações necessárias. Todas as matrizes e avaliações elaboradas pelos professores, são previamente apreciadas e aprovadas previamente pela coordenação pedagógica antes de serem aplicadas em sala de aula.

A coordenação pedagógica reúne com o corpo docente quinzenalmente, em reuniões pedagógicas, com duração de 2 horas. Este momento é utilizado para estudo, pesquisa, troca de experiências, análise de resultados, discussão e elaboração de projetos e planos de intervenção. A coordenação pedagógica monitora às turmas, apreciando os cadernos dos alunos, analisando suas produções escritas e participação em sala de aula. Quando necessário, as coordenadoras ministram aulas demonstrativas para determinadas turmas e auxiliam o professor e os alunos em todas as situações necessárias no processo ensino e aprendizagem.

Back (2000) apud Souza e Rodrigues (2008), afirma que respeitando as particularidades e características de cada grupo de alunos, recomenda-se que sejam propostas atividades de leitura por meio da explanação do texto, com o intuito de atrair a atenção do aluno, envolvendo-o no universo textual. Sendo assim, a Escola Municipal “Geralda Paz” desenvolve um projeto de leitura, onde os professores desenvolvem seus subprojetos de acordo com o desempenho da turma. Também em relação à Matemática desenvolvemos a “Olimpíada da Matemática”. Os professores desenvolvem previamente em sua sala de aula, jogos, desafios e situações problemas, para posteriormente, competirem com as turmas do seu mesmo ano.

A coordenação pedagógica está diretamente articulada com a direção e outros segmentos da escola e tem a responsabilidade de:

- Supervisionar e coordenar programas e projetos às atividades de ensino;
- Traçar metas, criar ou modificar processos educativos;
- Promover pesquisas e estudos pedagógicos;
- Orientar e auxiliar os docentes e educandos na solução de problemas no processo de ensino/aprendizagem;
- Assegurar a regularidade no desenvolvimento do processo educativo;
- Outros.

A equipe de direção e coordenação pedagógica também é responsável pela execução eficaz da proposta pedagógica e desenvolvimento pleno dos objetivos educacionais, promovendo a aprendizagem intelectual, afetiva, ética, social e política. Também desenvolve e cria métodos de análise para detectar a realidade e daí gerar estratégias para a ação escolar, trabalhando em consenso com os professores e educandos, numa parceria de reflexão, de crítica e autocrítica. Ajuda os professores na produção de materiais didáticos, nos métodos, técnicas e procedimentos de ensino, nos programas curriculares, no processo de avaliação e recuperação paralela dos educandos, na descrição de objetivos educacionais e no próprio desempenho do professor.

Para cumprir todas essas responsabilidades a escola propõe que o 1º ciclo (1º ao 3º) funcione com uma professora polivalente para cada ano, e no 2º ciclo (4º e 5º) aconteça a organização por área de conhecimento.

Atualmente, a escola desenvolve o PDE – Escola (Plano de Desenvolvimento Escolar), que é um programa vinculado ao MEC, que além de fornecer recursos financeiros à escola, busca desenvolver ações pedagógicas para que se melhore o Ideb- Índice de desenvolvimento da Educação Básica da instituição.

A Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia oferece o PROADE – Programa de Atendimento de Desenvolvimento do educando, que são aulas de recuperação extra-turno, para alunos em defasagem na aprendizagem, mas com possibilidade de reverter esse quadro.

Sendo assim, a escola busca assegurar o bom desempenho de todos os processos que a escola executa e participa, desejando assim, atingir uma educação de qualidade para todos, com um desejo de uma educação integral para nossos alunos.

#### **4. CURRÍCULO**

Pensar num currículo para a Escola Municipal “Geralda Paz” é pensar na cultura que predomina em sua comunidade e articulá-lo com as condições sociais em que os alunos estão inseridos, propondo diversas possibilidades de novos conhecimentos. Neste sentido entendemos que o currículo é uma estrutura composta por diferentes elementos: culturas, práticas, projetos, conteúdos, o meio social dos alunos etc. Muitas vezes, quando falamos em currículo pensamos só nos conteúdos e currículo vai muito além disso. Apple (2008, p. 33) já dizia que, não deve restar dúvida de que o currículo sempre foi o resultado de tensões e conciliações. O que conta como “conhecimento importante” que tem sido o conhecimento comum de alguém, não o conhecimento comum de todos.

O currículo que queremos para nossa escola deve ser efetivo e estratégico, buscando direcionar para a inter-relação entre as diversas disciplinas. E para que isto ocorra temos como meta um processo contínuo de formação para os nossos professores. Assim, terão ferramentas necessárias para trabalharem com alunos cujas necessidades de competências diferenciadas rapidamente se ampliam.

É importante que o nosso currículo proporcione experiências significativas e que crie um ambiente motivador para escutar, ler, pronunciar e produzir de forma que permita a expressão de sentimentos, pensamentos e cultura, por meio das mais diversas estratégias. Queremos um currículo com experiências concretas. Um currículo integrado, que busque trabalhar com situações contextualizadas, ampliando conhecimentos de diversas áreas.

De acordo com a perspectiva de Santos, Lucíola (2001), os currículos integrados permitem que os estudantes trabalhem com conteúdos culturais relevantes, enfrentando a discussão de questões que não podem ser abordados nos limites de uma única disciplina. Percebemos que nesse tipo de currículo, privilegiam-se um

ensino em torno de problemas reais e questões práticas, que estimulem o interesse e a curiosidade dos estudantes, e a formulação de respostas criativas e inovadoras.

A escola é um local para ampliação de conhecimentos, portanto, não deve limitar-se somente às experiências do cotidiano do aluno, mas proporcionar novos conhecimentos e novas metodologias. Sendo assim, o currículo contribui para a formação humana. Souza (2010) aponta que um currículo para a formação humana introduz sempre novos conhecimentos, não se limita aos conhecimentos relacionados às vivências do aluno, às realidades regionais. Um currículo para a formação humana é aquele orientado para a inclusão de todos ao acesso dos bens culturais e ao conhecimento. Está, assim, a serviço da diversidade.

A nova LDB nº 9394/96 coloca a educação na perspectiva da formação e do desenvolvimento humano: o direito à educação entendida como direito à formação e a desenvolvimento humano pleno. Antes a visão era de formação para mão-de-obra para o mercado de trabalho, agora, reforça o direito à formação plena como ser humano.

Pretendemos ter um certo cuidado com a diversidade para não valorizarmos um cultura mais do que a outra. Siamo desafiados todos os dias, em todas as relações, a aprender a conviver com as diferenças. E queremos que nossos alunos tenham uma postura ética diante delas. O documento nos diz que:

A produção do conhecimento, assim como sua seleção e legitimação, está transpassada pela diversidade. Não se trata apenas de incluir a diversidade como um tema nos currículos. As reflexões sugerem que é preciso ter consciência, enquanto docentes, das marcas de diversidade presentes nas diferentes áreas do conhecimento e no currículo como um todo: ver a diversidade nos processos de produção e de seleção do conhecimento escolar. (MEC - Indagações sobre currículo, 2008, p.24)

Não podemos esquecer que dentro desta diversidade temos nossos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) que esse público cresce a cada dia em nossa escola. Sabemos que é importante criar condições que garantam seu sucesso e seu desenvolvimento. FARREL (2008, p. 13) aponta que “um aluno com dificuldades de aprendizagem moderadas pode estar vários anos atrás de outras crianças de mesma idade em seu aprendizado”. Portanto, o currículo terá de envolver o trabalho associado a uma idade anterior, mas ser apresentado de um modo adequado à idade cronológica da criança.

Queremos que nossos alunos com NEE tenham oportunidade de se socializarem e ao mesmo tempo adquirirem independência. De acordo com FARREL (2008, p. 14), “proporcionar os recursos necessários ao aluno com necessidades especiais permite que este tenha o melhor progresso acadêmico e que se desenvolva ao máximo em termos pessoais e sociais.”

De acordo com a Lei nº 9394/96 e suas emendas, os currículos do Ensino Fundamental devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o Conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política. O ensino da Arte constituirá componente curricular obrigatório, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos educandos.

A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, deve ajustar-se às faixas etárias e às condições da população escolar. O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia. Ainda, a Lei 11.645/2008 introduz no currículo a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", que incluirá o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

Temos como parâmetro curricular as Diretrizes Curriculares de nosso município, que é um instrumento útil ao apoio pedagógico. Este documento apresenta os eixos e as capacidades mais relevantes a serem atingidas pelos nossos alunos. Vejamos as disciplinas e seus eixos que trabalharemos em nossa escola:

### **Língua Portuguesa:**

- Compreensão e Valorização da Cultura Escrita;
- Apropriação do sistema de Escrita;
- Leitura;
- Produção de texto;
- Desenvolvimento da oralidade;

- Análise e reflexão sobre a Língua e Linguagem.

**Matemática:**

- Números;
- Operações;
- Grandezas e Medidas;
- Espaço e Forma;
- Tratamento da Informação.

**Geografia:**

- Sociedade e natureza;
- Lugar;
- Espaço;
- O Tempo e a Sociedade;
- Paisagem.

**História:**

- Fundamentos do Conhecimento histórico;
- Temporalidade Histórica;
- Sujeitos Históricos;
- Conhecimento histórico como construção social;
- Pesquisa e produção do Conhecimento histórico escolar;
- Diversidade de desigualdades;
- Memória e patrimônio.

**Ciências:**

- Vida e Ambiente;
- Ser Humano e Saúde;
- Terra e Universo;
- Tecnologia e Sociedade.

### **Educação Física:**

- Jogos, brinquedos e brincadeiras;
- Esporte;
- Danças;
- Lutas;
- Ginásticas.

### **Artes e Educação Física:**

- Percepção;
- Experimentação;
- Criação/produção;
- Comunicação/representação;
- Análise/integração;
- Reflexão/pesquisa;
- Registro;
- Crítica/autocrítica.

Embasados nessas Diretrizes Curriculares, nossa escola propõe trabalhar com a relação teoria-prática, como afirma Moreira (2001) envolvendo efetuar ações (dimensão prática), querer fazê-las (dimensão dinâmica) e pensar sobre elas (dimensão cognitiva), como envolvendo interações entre saber fazer e saber sobre o fazer.

## 5. TEMPO ESCOLAR

A Escola Municipal “Geralda Paz” busca alcançar uma concepção de planejamento de ensino democrático. Para isso, no início de cada ano letivo reúnem-se professores, supervisores pedagógicos e direção escolar para planejar e organizar os espaços e tempos da escola, embasados nas Diretrizes Curriculares de Ensino de 1º ao 5º ano, que vem da Secretaria Municipal de Educação.

Com a instituição do Colegiado, buscaremos a participação de seus representantes na formulação deste.

O sistema em ciclos é organizado e funciona de acordo com a Resolução nº 010/08 de 23 de junho de 2008. Os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental organizam-se em:

- **1º Ciclo (inicial de alfabetização)** – 1º ano/9, 2º ano/9 e 3º ano/9.
- **2º Ciclo (complementar)** – 4º ano/9 e 5º ano/9.

Os alunos que completam 06 anos até 31 de março do ano em curso, obrigatoriamente, devem ser matriculados no 1º ano, tendo que concluir o Ensino Fundamental em 09 (nove) anos. O aluno com 07 anos completos ou o que vier a completar sete anos no ano em curso, deverá ser matriculado no 1º ano do Ensino Fundamental. Considerando a avaliação feita pela escola, este aluno poderá ser posicionado no 2º ano, desde que evidencie domínio dos objetivos do 1º ano, em função de sua experiência anterior, podendo concluir o ensino fundamental em 08 anos.

Esta organização permite um tempo maior de aprendizagem sem interrupções, e sem a retenção ano a ano. Assim tem maior tempo para consolidar as habilidades e competências necessárias para o seu desenvolvimento. A formação por ciclos tem como objetivo maior garantir o direito de permanência de todos os alunos na escola. Eles se sentirão mais motivados, pois não encontrarão a barreira da reprovação logo no início de sua vida escolar.

No trabalho por ciclos o professor deixa de ser um transmissor de conhecimentos e passa a ser um mediador no processo de ensino aprendizagem. Sendo assim, a



avaliação também sofre mudanças. MIRANDA e SALGADO (2001, p.55) apontam que a avaliação passa a ser formativa e diagnóstica, de modo a permitir ao professor conhecer as principais dificuldades dos alunos e procurar resolvê-las imediatamente, para que todos progridam e possam eles próprios, planejar suas próximas aulas.

Para um melhor andamento do planejamento são formados grupos de professores conforme o ano que trabalharão. Esse planejamento de ensino é trimestral e cabe a cada docente adequar o seu plano às necessidades da turma.

É realizada no início do ano letivo uma avaliação diagnóstica para análise dos resultados, e de posse desse resultado, formar as turmas. A escola procura enturmá-los conforme níveis próximos de aprendizagem e distribuir os alunos indisciplinados por todas as turmas, pois caso contrário estaria a escola cometendo uma violência não-física, como Cury (2010) aponta, que turmas homogêneas devem ser evitadas a fim de se propiciar a valorização de experiências diferenciadas, o respeito ao outro diferente, a pluralidade cultural e o apreço à tolerância.

Nossos alunos são organizados nas 30 salas de aulas, sendo 15 turmas em cada turno. O 1º turno atende alunos do 2º ciclo (4º e 5º) e o 2º turno atende alunos do 1º ciclo (1º ao 3º). São trinta professores e duas eventuais, divididos em dois turnos reciprocamente.

Diariamente os alunos têm 5 módulos com duração de 50 minutos cada aula. Semanalmente a grade curricular garante:

- 05 aulas de Matemática;
- 06 de Língua Portuguesa;
- 03 de Ciências;
- 03 de Geografia;
- 03 de História;
- 02 de Educação Física;
- 01 de Artes;
- 01 de Educação Religiosa;

- 01 de Literatura.

Em relação ao tempo de permanência na escola, nossos alunos ficam 04:20 horas diariamente, sendo 20 minutos destinados ao recreio. Recreio que para a escola é também um espaço destinado a múltiplas aprendizagens. É nesse tempo que o aspecto social fica evidente, pois temos a oportunidade de avaliar nossos alunos, intervindo quando necessário nas relações pessoais. Cavaliere (2010) afirma que são as experiências partilhadas ou conjuntas que adquirem real significação.

É fundamental o respeito ao tempo escolar, isso garante que todos nossos alunos tenham efetivamente, a cada ano, 200 dias com 4 horas de aula conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). E defendemos que tempo também é priorizar atividades diretamente vinculadas ao processo de aprendizagem, e aquelas que não estiverem diretamente vinculadas serão programadas para períodos extras aos 200 dias letivos.

Sabemos que a escola é um espaço social de interação entre as diversas culturas. Dessa forma, reconhecemos a necessidade de uma ampliação do espaço escolar, garantindo assim, um melhor atendimento ao nosso alunado.

Um grande espaço de interação que poderia ter na escola para favorecer a prática esportiva e de recreação é a quadra de esportes. Atenderia também aos projetos e programas no contra-turno de nossos alunos. Sem ela fica inviável a realização de projetos que buscam atender a escola de tempo integral. Segundo Cavaliere (2010), não é demais afirmar que escolas de tempo integral demandam maiores investimentos iniciais e correntes.

A escola acredita que é necessário, primeiramente, preparar esses espaços para depois receber os programas, pois corremos o risco do resultado não ser o esperado, e acabarmos tendo uma visão de cunho assistencialista, que segundo CAVALIERE (2010, p. 1028):

[...] vê a escola de tempo integral como uma escola para os desprivilegiados, que deve suprir deficiências gerais da formação dos alunos, uma escola que substitui a família e onde o mais relevante não é o conhecimento e sim a ocupação do tempo e a socialização primária.

Pensando nesses investimentos a escola têm enviado ao MEC, segundo alguns programas, nossos planos de ações. Nossa escola foi selecionada a participar de

alguns programas, tais como, Mais Educação, PDE-Escola, Escola Acessível. Após toda tramitação, a escola precisa fazer com que esse “tempo integral” seja efetivado.

Devemos pensar que a educação integral exigirá mais compromisso por parte do gestor, dos educadores, dos educandos e da comunidade, ampliando as possibilidades de permanência do discente sob a responsabilidade da escola para além da jornada regular. Isso implicará considerar o tempo e espaço na escola.

Queremos oferecer com estes programas atividades sócio-educativas, atividades culturais e esportivas, além de aulas de reforço, em turnos alternativos aos das aulas. Sabemos que assumindo este compromisso combateremos a repetência e evasão e cumprimos uma das 28 diretrizes do PDE: a alfabetização obrigatória das crianças até oito anos de idade.

O documento Rede de saberes mais educação do MEC (2009) apresenta que:

Esta concepção de educação integral não se limita ao aumento do tempo e espaço nos projetos de educação, mas parte da idéia de que os estudantes são seres portadores de uma complexa experiência social e merecem atenção diferenciada porque são fruto de processos igualmente diferenciados. Compreende a educação como um desafio para escolas e comunidades e pretende dialogar com a complexidade de agentes sociais, territórios e saberes que envolvem as experiências comunitárias, buscando construir-se para além do espaço escolar.

Nós, funcionários da E.M. “Geralda Paz”, acreditamos ser o tempo integral um grande avanço na educação, mas sabemos que só isso não é o suficiente. Precisamos rever outros fatores, propiciar momentos para que a família perceba esse horário, ter o apoio de nossos governantes, capacitar nossos funcionários, cada qual na sua função e termos suporte para fazer bem feito o que passará a ser nossa função. Compactuamos com Cavaliere (2010) ao apontar que a escola é a referência, mas as atividades podem se dar fora dela.

## **6. PROCESSOS DE DECISÃO**

A Escola Municipal “Geralda Paz” busca fortalecer-se em sua autonomia, organizando seu Colegiado como instrumento de democratização das decisões escolares, criando espaços e condições favoráveis para este momento, como

planejamento participativo e estratégico, seminários, encontros, reuniões e assembleias.

Sabemos que o ideal e mais democrático é a eleição direta para diretor, portanto, temos realizado discussões com a classe e o poder público sobre essa questão. Enquanto esta conquista não se concretiza, queremos legitimar nosso gestor como um líder de fato, um mediador e articulador nas decisões e não como um líder formalmente constituído pelo poder municipal.

“A atuação do gestor não pode ser solitária, e sim, solidária, envolvendo todos os sujeitos nas definições fundamentais da escola” (PROCAD - MG, p. 36). Sabemos que é um desafio a participação consciente de nossos alunos do 1º ao 5º ano/9, mas não é impossível. É fundamental a participação do professor, fomentar discussões sobre as decisões da escola, coletar sugestões e construir a democracia junto com os alunos, contribuindo assim, para formação de cidadãos críticos e participativos que tanto defendemos.

Como nossa demanda é de alunos mais novos, podemos além das discussões e debates, realizar pesquisa de opinião, e levar ao Colegiado antes da decisão final, levando-se em consideração a opinião deles.

Os combinados construídos no início do ano com as turmas, também são processos muito importantes. Afixar os combinados nas salas, realizar assembleias com as turmas semanalmente ou quinzenalmente para discutir os combinados que foram quebrados, apontar os autores, ouvi-los e decidir que medidas serão tomadas; levam nossos alunos a concretização de democracia e autonomia.

Quanto mais sujeitos participam dos processos decisórios, maiores são as chances de acertar. São muitas idéias em prol de uma solução para um problema. E sabemos que só nos sentimos parte de algo quando participamos da construção do mesmo. Barreto (2010) afirma que uma escola distante da realidade dos alunos e alheia às aspirações da população não pode fazer pleno sentido para os que a freqüentam.

Queremos uma escola mais justa, onde os processos decisórios tornam-se transparentes e de conhecimento de toda a comunidade escolar. Sabemos que é um

processo contínuo e inacabado, muitas vezes cheio de conflitos e resistências de algumas partes; mas não podemos deixar a decisão só para alguns.

O Colegiado é um grande parceiro da administração. Ele é composto por 4 representantes de pais e seus suplentes, 4 funcionários da escola, sendo 3 professores e 1 auxiliar de serviço educacional, presidido pelo diretor escolar. Acreditamos que o Colegiado fortalece as decisões dos professores e do diretor frente a alguns conflitos. É necessário que busquemos aproximar os pais para juntos decidirmos o que é melhor para o desempenho escolar de nossos alunos. GARCIA (2001, p.42) defende que “a dimensão pedagógica implica naturalmente uma dimensão política”. O colegiado, ao organizar a vida da escola, reflete os conflitos de interesses e procura alternativas possíveis para sua superação.

Outro processo decisório importante na escola é o Conselho de Classe. É fundamental garantir a participação de representantes de pais e/ou alunos neste momento, visto que hoje a participação não é a desejável. Somente os pais que participam do Colegiado se fazem presentes nesse conselho. A escola em parceria com o Colegiado fará um trabalho de conscientização com os pais sobre a importância de se posicionarem frente ao assunto, pois é nesta hora que será analisado o desempenho escolar do aluno.

A coordenação pedagógica tem grande participação na efetivação do Conselho de Classe, articulando e construindo com o grupo mecanismos para que os professores venham para o conselho com registros individuais coletados durante o período de observação.

Conforme Dalben (2004), o conselho de classe guarda em si a possibilidade de articular os diversos segmentos da escola e tem por objetivo de estudo a avaliação da aprendizagem e do ensino, eixos centrais de processo de trabalho escolar. Com base nesse pressuposto, a Escola Municipal “Geralda Paz” trabalha para que todos os envolvidos nesse conselho de classe sejam co-responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem.

Antes do Conselho de Classe a coordenação pedagógica deve recolher os registros dos professores e compará-los com os dela realizados durante os monitoramentos as salas de aula, como avaliações aplicadas e produções escritas dos alunos.

Também, antes da definição final do conceito do aluno é necessário discutir os avanços e dificuldades do discente, apontando quais serão as ações para sanar esses problemas e redefinir ações.

A escola ainda dispõe de um pré-conselho, na qual são tomadas algumas decisões para a busca de melhorias e resultados de nossos alunos, refletindo e repensando a prática pedagógica. Esse pré-conselho foi determinado pela Rede Municipal de Educação de Santa Luzia, através da Coordenadoria de Ação Pedagógica da SME, com datas pré-estabelecidas para acontecer no início do 1º semestre e outro no início do 2º semestre.

Buscar estratégias para ampliação do tempo destinado ao Conselho de Classe é um desafio para nossa escola. O tempo é insuficiente para analisar e discutir com qualidade, o desempenho escolar de cada aluno.

Faz parte dos processos decisórios de nossa escola o Conselho Fiscal, que é parte do Conselho Escolar. Esse conselho busca aplicar os recursos financeiros da escola, estabelecendo prioridades e democratizando os processos de decisão.

A composição do Conselho Fiscal que fará parte da estrutura deliberativa da escola é feita em assembléia, escolhidos através de eleição dos seus membros, registrado em ata e cartório, com duração de dois anos de mandato. É composto pelos membros da Diretoria, sendo presidente, tesoureiro e seu suplente, secretário e seu suplente, e 3 membros efetivos (funcionários da escola) e 3 suplementares (pais de alunos ou responsáveis e pessoas da comunidade, associadas da Caixa escolar).

Quanto às atribuições, DOURADO (2010, p. 2) aponta que:

[...] o coletivo da escola deve participar da definição das prioridades e dos objetivos. Deve discutir como eles serão atingidos, quais os recursos disponíveis para se alcançá-los, como e onde as verbas recebidas pela escola serão aplicadas e o que pode ser feito para alocação de novas verbas.

É rotina de escola propiciar relações de parcerias entre os vários segmentos. Não predomina em nossa instituição a relação hierárquica de mando. Todas as decisões são discutidas entre os envolvidos no processo, prevalecendo à decisão da maioria. Portanto, as relações de poder são circulares nesse ambiente escolar.

Quanto aos processos de decisão que envolva órgãos externos, a escola ainda não possui a autonomia para decidir muitas questões. Grande parte das decisões deve passar pelo crivo da Secretaria Municipal de Educação. DOURADO (2010, p. 7) sinaliza que:

A luta travada entre educadores e governo, no âmbito das políticas educacionais, vai no sentido de que o processo de descentralização se efetive de fato não só no campo das obrigações, mas que os atores sociais envolvidos com as questões educacionais possam participar das discussões e decisões referentes ao planejamento e controle dos projetos a serem desenvolvidos na educação.

A escola faz sua parte realizando os projetos propostos para receber as verbas destinadas, porém nem sempre pode decidir sobre sua aplicabilidade, tornando-se necessário rever esse processo, para que tenhamos efetivamente o processo de decisão em nossas mãos.

## **7. RELAÇÕES DE TRABALHO**

A Escola Municipal “Geralda Paz” tem o segmento administrativo da escola como mediador das relações de trabalho entre os demais setores que compõe este âmbito escolar. Mediador no sentido de intervir positivamente, favorecendo relações pautadas no diálogo, na solução de problemas e na parceria mútua.

Nesse espaço escolar trabalham diversos grupos, cada qual com suas especificidades. Dourado (2010) avalia que no desenvolvimento das práticas educacionais, precisamos ter em mente que os sujeitos dos processos educativos são os homens e suas múltiplas e históricas necessidades, daí exercermos também, o papel social nos processos educativos, buscando a flexibilidade.

Em nossa escola existe uma articulação entre os segmentos. Os professores, supervisores e direção articulam análises dos processos pedagógicos e administrativos, em reuniões pedagógicas, e levam ao conhecimento do Colegiado para juntos decidirem o que será melhor para a comunidade escolar. Existe uma relação circular, no qual todos interagem em prol de um espaço sociável, que vise à formação de sujeitos críticos e participativos, pautados pela solidariedade.

É de conhecimento de cada funcionário, conforme consta no Plano de Carreira dos servidores municipais, os papéis que competem a cada um. Dourado (2010) afirma que a educação se constitui numa atividade humana e histórica que se define na totalidade das relações sociais. Portanto, muito além do que cumprir cada qual o seu papel na escola de modo solitário, faz-se necessário articulá-lo com todos os co-responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem, a fim de exercer a democratização nas ações educativas.

As relações interpessoais acontecem cotidianamente, seja entre crianças, crianças e adultos ou entre adultos. Os conflitos são encaminhados à direção escolar, que se sente apoiada pelo Colegiado para resolver os problemas. A escola possui seu Regimento Escolar e muitas situações são resolvidas embasadas nesse documento.

Em seu artigo 126, estabelece as sanções para os alunos que infringem às normas da escola. Esses são chamados a conversar e através de um consenso (direção, pais e colegiado) e algumas medidas são tomadas.

A escola busca evidenciar outras formas de trabalho e para isso realiza quinzenalmente reunião com professores no qual cada um tem a sua vez para manifestar desejos e/ou insatisfações.

A relação de trabalho mais conflituosa é a de Auxiliares de Serviços Educacionais, porém a escola propicia também uma discussão com esse grupo, favorecendo o diálogo entre eles, evitando assim que os problemas “cresçam”.

Em relação a concepção da formação de profissionais, a escola acredita que para alcançar a excelência na Educação, a chave está na formação dos profissionais. Diferentes modos de compreender, ensinar e aprender tem-se configurado e nossos educadores precisam acompanhar este processo. Entendemos que o desenvolvimento profissional docente é uma necessidade constante diante da dinâmica no interior de uma escola e das reformas educacionais.

Queremos para nossos profissionais uma formação com orientações claras, que permitam uma construção entre a teoria e a prática. Que mudanças efetivas aconteçam nas práticas escolares; onde possibilitem trabalhadores inovadores e transformação técnica, social e cultural de nossos profissionais. Lima (2001, p. 105) afirma que, “modelos de formação continuada possuem diferentes filiações



epistemológicas e filosóficas e repercutem de modos diferenciados de acordo com os impactos que causam nas práticas concretas dos professores em suas salas de aula.”

Um terço de nosso professorado já participaram do Curso de Alfabetização e Letramento (cadernos 1 ao 7) do Ceale / UFMG em 2008. Aproximadamente 50% dos professores e todas as supervisoras pedagógicas fizeram ou estão fazendo o Pró-Letramento de Alfabetização e Linguagem e Matemática. Nossa meta é que todos os professores façam o Pró-Letramento até 2012. O MEC, através da Plataforma Paulo Freire, ofereceu em 2010, graduação, especialização e outros cursos de formação continuada. Vários de nossos professores inscreveram-se e estão aguardando uma posição do MEC.

Esperamos que em 2011 as supervisoras pedagógicas e a vice-diretora possam inscrever-se no Curso de Especialização em Gestão Escolar, oferecido pela Faculdade de educação da UFMG. Estamos analisando uma capacitação para os auxiliares de serviços gerais, que são muitas vezes esquecidos pelas políticas públicas educacionais e que lidam diretamente com o nosso aluno e precisam de conhecimentos para isto. Vemos que:

As demandas dirigidas à escola são cada vez mais crescentes. Hoje, requer-se dela maior capacidade de atuar numa realidade altamente heterogênea e de desenvolver as mais diversas situações de ensino, de ser capaz de atender os diferentes ritmos, interesses e formas de aprender; de desenvolver a auto-estima, o respeito mútuo e regras de convivências; de dar significado científico, social e cultural para aquilo que faz e ensina; etc. Esses são desafios que requerem um investimento financeiro e humano em longo prazo, tempo de preparação individual e coletivo. (LIMA, 2001, p.109)

Só poderemos realizar as capacitações que planejamos se tiver investimento financeiro. O governo federal tem dado autonomia a nossa escola através do PDE-ESCOLA, onde em sua elaboração, apontamos os vários pontos que necessitamos de aperfeiçoamento profissional. Algumas capacitações já foram executadas, mas se não tiver continuidade da disponibilidade de recursos para tal, não conseguiremos acompanhar os rápidos avanços na educação e continuaremos com métodos e técnicas obsoletos.

## 8. AVALIAÇÃO

A Escola Municipal “Geralda Paz” tem a avaliação como um recurso necessário e constante no processo de ensino. É o momento de verificar a eficácia do que foi proposto para a escola, dando continuidade aos processos que tem apresentado pontos positivos e redirecionando os que não conseguiram atingir a meta traçada.

Não utilizamos a avaliação como um instrumento de poder e punição, mas como um instrumento que ofereça oportunidade para reflexão e aperfeiçoamento tanto do aluno, quanto dos docentes, da gestão, do pessoal técnico-administrativo, enfim, de toda a comunidade escolar.

É considerada uma prática necessária ao crescimento da escola e de toda a comunidade escolar, propiciando o fortalecimento para uma gestão democrática.

A avaliação é uma das ferramentas utilizadas no processo pedagógico, contribuindo para a elaboração de objetivos e metas a serem alcançadas. Não devemos ver a avaliação como um meio para medir e agregar um valor, uma nota ou conceito, mas como um meio de definir a intervenção que deve ser feita.

Vista como um acompanhamento da aprendizagem, “a avaliação não se submete à nota com um fim em si mesma, mas a encara como **um dos indicadores** de desempenho, assim como as provas”. (PROCAD, s/d, p. 34).

Durante todo o processo de ensino e aprendizagem, são realizadas avaliações que são registradas, documentadas, arquivadas e apresentadas aos pais em reuniões trimestrais, bem como todas as observações registradas no caderno de campo dos professores.

Vários instrumentos de avaliação dos alunos existem e são utilizados: trabalhos, provas, testes, relatórios, portfólios, debates, observações etc. Estes instrumentos têm uma linguagem clara e objetiva, contextualizando com um conteúdo significativo para o aluno.

A auto-avaliação também é uma prática que deve ser aplicada em todos os segmentos da comunidade escolar. Assim levaria os sujeitos a uma reflexão de seu

desempenho. O documento do MEC – Indagações sobre currículo (2008, p. 35) aponta que:

A auto-avaliação ainda não faz parte da cultura escolar. Entretanto, se quisermos sujeitos autônomos, criativos, devemos ter a consciência de que tal prática deve ser incorporada ao cotidiano dos planejamentos dos professores, do currículo, por fim.

A nossa escola é um lugar de implementações de bons projetos educativos, por isso usamos a avaliação como uma ferramenta diagnóstica, verificando sempre a evolução dos alunos. A avaliação acontece em várias esferas: avaliação da aprendizagem dos estudantes, a avaliação da instituição e a avaliação do nosso Projeto político-pedagógico (PPP).

A direção escolar não é avaliada pela escola, somente pela coordenação da Secretaria Municipal de Educação, que avalia por evidências e não por acompanhar o trabalho diariamente. Nesse sentido, avalia-se somente o trabalho burocrático e não as relações de trabalho que se estabelecem no âmbito escolar. Como a escola busca alcançar uma gestão democrática, esse é um ponto que precisa ser revisto. Para isso, a direção pretende programar uma avaliação do seu trabalho, na qual alunos, pais, funcionários e comunidade local tenham a oportunidade de manifestar e ao mesmo tempo indicar caminhos possíveis para atingir essa democracia almejada.

Todos os sujeitos de nossa comunidade escolar devem participar dos processos de avaliação. NO documento do MEC – Indagações sobre currículo (2008, p. 18) vemos que:

Se a escola é o lugar da construção de autonomia e da cidadania, a avaliação dos processos sejam eles das aprendizagens, da dinâmica escolar ou da própria instituição, não deve ficar sob a responsabilidade apenas de um ou de outro profissional, é uma responsabilidade tanto da coletividade, como de cada um, em particular.

Sendo assim, a escola realiza a avaliação institucional paralela aos projetos desenvolvidos e não somente ao final do ano escolar. Ao término de cada atividade desenvolvida pela instituição, como projetos, encontros, eventos, tomada de decisões, dentre outros é enviada aos pais uma pesquisa de opinião, solicitando que apontem os pontos fortes e fracos dos trabalhos implementados, o que faz com que reprogramemos as próximas ações.

Entendemos que dessa forma, ou seja, com a avaliação realizada em tempo hábil, não é permitido que os problemas se acumulem e a instituição passa a ter resultados melhores e mais rápidos.

A Secretaria da Educação (SME) tem um processo de monitoramento das escolas. Constantemente recebemos a visita de técnicos da SME que apreciam nossos documentos e trabalho pedagógico, emitindo relatórios de análise. Temos várias reuniões para orientação na SME, com supervisores, diretores, secretárias, professores de apoio. Em visita à escola, os técnicos monitoram a realização das ações que foram orientadas.

O gestor juntamente com o vice-diretor e as supervisoras realiza semestralmente a avaliação de desempenho dos funcionários. O documento contempla critérios de: liderança, estratégias e planos, estudantes e partes interessadas, sociedade, informações e conhecimentos, pessoas, processos e resultados. Para cada critério existem vários descritores.

Os alunos de nossa escola participam das avaliações externas (Provinha Brasil, Proalfa, Proeb e Prova Brasil). Quando o resultado é divulgado pelo MEC ou Secretaria do Estado de MG, a SME convoca diretores e supervisores para divulgação do resultado do município e das escolas. É feito uma análise dos resultados na escola, juntamente com a comunidade escolar e elaborado um plano de ação para intervir nas competências e habilidades que apresentaram baixo desempenho.

Nossas avaliações internas acontecem freqüentemente. No início do ano letivo aplicamos uma avaliação diagnóstica com os alunos, com o objetivo de nortear os trabalhos, dando segmento a aprendizagem do aluno. Durante os trimestres são aplicados vários instrumentos de avaliação, possibilitando desenvolver ações corretivas.

Uma dessas ações acontece simultaneamente ao processo ensino-aprendizagem: é a recuperação paralela. Professores em duplas, realizam oficinas de Matemática e Língua Portuguesa, uma vez por semana, agrupando os alunos conforme a dificuldade apresentada.

Entendendo a avaliação como um processo contínuo e dinâmico, será necessário, que cada segmento da comunidade escolar avalie cada objetivo e meta apontada neste Projeto Político-Pedagógico. Sabemos que o PPP não é um projeto acabado. Ele é construído diariamente, permitindo mudanças, alterações nos mecanismos, a fim de adequá-lo à finalidade pretendida.

Sugestões, acertos e desacertos são registrados durante o andamento do projeto e levados ao Conselho da Escola, que tem a incumbência, segundo Souza (2005, p.2) “ de acompanhar e avaliar o cotidiano das ações produzidas na escola sejam no plano pedagógico, administrativo, financeiro, político ou institucional”. A partir daí, fazer as devidas intervenções.

A escola busca interação entre todos os setores, fazendo com que todos se sintam co-responsáveis pelo sucesso da escola, não permitindo que conforme aponta Sousa (1999) o fracasso ou o sucesso dos alunos tendem a ser interpretados em uma dimensão individual e não sejam relacionados como a expressão do próprio sucesso ou fracasso da escola.

Se caminharmos juntos, os resultados, sejam eles positivos ou negativos, são nossos resultados, fazemos parte de um grupo.

## 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, Michael W. A vida dos estudantes e a política de reforma curricular. Editora Artmed – Pátio, ano XII, nº 45, fev/ab 2008.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. *O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar*. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg.Acesso em 07/06/2010>.

BACK, E apud SOUZA e RODRIGUES. Como ensinar português: domínio de língua. Criciúma: UNESC,2000.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. *A participação na escola: contribuição para a melhoria da qualidade da educação*. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg.Acesso em 07/06/2010>

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010

CÂNDIDO, Antônio. *A estrutura da escola*. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice, M. Educação e Sociedade. São Paulo: Nacional, p.107-128,1977.

CAVALIERE, Ana Maria. *Tempo de escola e qualidade na educação pública*. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010

CURY, Carlos Roberto Jamil. *O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola*. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010

DIRETRIZES Curriculares para o Ensino Fundamental. Ciclo I-II – 1º ao 5º ano/9 – Santa Luzia:2008.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil:MEC/INEP. *A qualidade da educação: conceitos e definições*. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010

DOURADO, Luiz Fernandes (org.);OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de. *Conselho Escolar e autonomia: participação e democratização da gestão administrativa, pedagógica e financeira da educação e da escola*. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010

\_\_\_\_\_. *Conversando um pouco mais sobre o Conselho Escolar*. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010

\_\_\_\_\_. *Função social da educação e da escola*. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010

\_\_\_\_\_. *O financiamento da educação básica: limites e possibilidades*. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010

\_\_\_\_\_. *Premissas básicas para democratização da escola*. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010

FARREL, Michael. O aluno com necessidades especiais na escola regular. Editora Artmed. Pátio – Ano XII, nº 48, Nov/2008/jan2009.

GARCIA, Teise de Oliveira G. O papel do Colegiado na gestão democrática da escola. *Democracia na Escola*. PROCAD – Fase Escola Sagarana – Belo Horizonte: SEE/MG, 2001, nº 2, 37-46.

GIUSTA, Agnella da Silva. Construção de uma nova concepção de currículo. *Diretrizes Curriculares da Escola Sagarana*. PROCAD – Fase Escola Sagarana – Belo Horizonte: SEE/MG, 2001, nº 5, p. 15-33.

LIMA, Maria Emília Caixeta de Castro. Formação Continuada de Professores. *Diretrizes Curriculares da Escola Sagarana*. PROCAD – Fase Escola Sagarana – Belo Horizonte: SEE/MG, 2001, nº 5, p. 93-120.

MEC. Indagações sobre currículo: Currículo e avaliação /[Cláudia de Oliveira Fernandes, Luiz Carlos de Freitas]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério de Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

\_\_\_\_\_. Indagações sobre Currículo: diversidade e currículo /[Nilma Lino Gomes]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

\_\_\_\_\_. Rede de saberes Mais Educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. – Ed. – Brasília: Ministério da Educação, 2009.

MIRANDA, Glaura Vasques de e SALGADO, Maria Umbelina Caiafa. A Cultura da reprovação. *Avaliação de Desempenho e Progressão Continuada*. PROCAD – Fase Sagarana – Belo Horizonte: SEE?MG, 2001, nº 6, p. 43-59.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. *O campo do currículo no Brasil: os anos noventa*. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010

MORGAN, Gareth. *Imagens da organização*. Trad. Cecília Whitaker Bargamini e Roberto Coda. São Paulo: Atlas, p.135=136, 1996.

OLIVEIRA, João Ferreira de. *A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola*. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010

PROCAD. A Escola Pública de qualidade: Pressupostos e Fundamentos. Belo Horizonte; SEE-MG. Módulo 2, S/D.

RESOLUÇÃO Nº 010/08 de 23 de Junho de 2008. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Ensino Fundamental nas Escolas Municipais de Santa Luzia/MG. Santa Luzia:2008.

RODRIGUES, Cassio e SOUZA, Ana Cláudia de. Por um ensino efetivo e estratégico da linguagem. Editora Artmed – Pátio, ano XII, nº 45, fev/ab 2008.

SANTOS, Lucíola Licínio de C. P. Dilemas e controvérsias no campo do currículo. *Diretrizes Curriculares da Escola Sagarana*. PROCAD – Fase Escola Sagarana. Belo Horizonte: SEE/MG, 2001, nº 5, p. 35-50.

SANTOS, Maria Cristina Araújo Lodo dos. Modelos de gestão: qualidade e produtividade. Curitiba; IESDE, 2004.

SOUSA, Sandra M. Zákia. *Avaliação institucional: elementos para discussão*. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 16/07/2010

SOUZA, Ângelo Ricardo de et al. *Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola*. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010.

TEIXEIRA, Beatriz de Basto. A participação de Comunidade na gestão democrática da escola. *Democracia na escola. PROCAD – Fase Escola Sagarana. Belo Horizonte: SEE/MG, 2001, nº 2, p.25 – 35.*